



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVII — Nº 10

QUINTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1992

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 3, DE 1992-CN

Da Comissão Mista sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 302, de 10 de abril de 1992, que “Dispõe sobre a organização de Ministérios e dá outras providências”.

Relator: Deputado Eraldo Tinoco

Na conformidade do comando inscrito no art. 62 da Constituição, submete o Presidente da República à consideração do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 302, de 10 de abril de 1992, que “Dispõe sobre a organização de Ministérios e dá outras providências”.

Esclarece a Exposição de Motivos que acompanha a matéria terem as alterações propostas por objetivo aprimorar o processo de reforma administrativa, resultando a inovação da experiência colhida ao longo de dois anos de governo.

Em síntese, a proposição cria quatro novos Ministérios — Minas e Energia, Transportes e Comunicações, Previdência Social e Trabalho e Administração —, extinguindo dois que, anteriormente, enfeixavam as competências respectivas.

Na forma regimental, cabe às Casas do Congresso Nacional, neste momento, opinar tão-somente sobre os pressupostos

de urgência e relevância, legitimadores do recurso a esta via legislativa excepcional.

Afirmam os subscritores da exposição de motivos que “a seriedade e a complexidade dos problemas identificados nas áreas objeto da reorganização proposta torna necessária a adoção imediata da providência contemplada no art. 62 da Constituição Federal”.

Considerando caber ao Chefe do Poder Executivo a responsabilidade pela direção superior da administração federal (art. 84, inc. II, CF), parece-nos, igualmente, deva ser reconhecido ao Presidente a prerrogativa de, quando julgar necessário, alterar, de plano, a estrutura básica do complexo burocrático que lhe dá o necessário suporte ao exercício da atividade executiva. Por tais razões, temos que, no caso concreto, o juízo de relevância e urgência insere-se no âmbito da competência própria do Chefe da Nação.

Pelo exposto, opinamos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 302, de 10 de abril de 1992, processando-se a respectiva tramitação na forma regimental.

Sala das Comissões, 14 de abril de 1992. — Senador **Garibaldi Alves**, Presidente — Deputado **Eraldo Tinoco**. Relator — Deputado **Amaury Müller** — Senador **Jonas Pinheiro** — Senador **Odacir Soares** — Senador **José Richa** — Deputado **Paulo Octávio** — Deputado **Edesio Passos**, vencido.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 11ª SESSÃO CONJUNTA, EM 22 DE ABRIL DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Leitura de Mensagem Presidencial

— Nº 33/92-CN, submetendo à deliberação do Congresso Nacional as Contas do Governo Federal relativas ao exercício de 1991, bem como o Relatório sobre a execução do orçamento e a situação da administração financeira federal.

— Nº 34/92-CN, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3/92-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1993, e dá outras providências.

1.2.2 — Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

— Nº 594/92, referente a substituição de membro da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

1.2.3 — Apreciação de Matéria

— Requerimento nº 6/92-CN, de prorrogação de prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

a examinar o cumprimento das disposições legais relativas à destinação dos recursos e às irregularidades na administração do FGTS do trabalhador, lido em sessão anterior. **Aprovado.**

1.2.4 — Comunicação da Presidência

— Recebimento do Parecer nº 3/92-CN, da Comissão Mista, concluindo pela admissibilidade da Medida Provisória nº 302, de 1º de abril de 1992-CN, que dispõe sobre a organização de ministérios e dá outras providências.

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1991 (nº 638/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Salários, o salário mínimo, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competências gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 50, de 1990, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1989 (nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a Política Agrícola. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 1991, que estabelece regras para a desindexação

da economia e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1990 (nº 3.287/89, na Casa de origem), que autoriza os táxis a portarem painéis publicitários fixados no teto. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1988 (nº 1.407/88, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre as Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1991 (nº 290/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 17 da Lei nº 8.088, de 31 de outubro de 1990, que dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1990 (nº 2.912/89, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrícola Federal de Itabaiana, no Estado de Sergipe. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1991 (nº 81/91, na Casa de origem), que autoriza a concessão de financiamento à exportação de bens e serviços nacionais. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1991 (nº 4.575/90, na Casa de origem), que dispõe sobre o enquadramento dos servidores da extinta Fundação Projeto Rondon, redistribuídos para os órgãos da administração federal direta, autarquias e fundações públicas. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1990 (nº 1.580/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o pecúlio ao aposentado da Previdência Social que retorna à atividade sujeita a esse regime. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1990 (nº 3.201/89, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1990 (nº 4.434/89, na Casa de origem), que autoriza o repasse, aos Estados e Municípios, de percentual da arrecadação da taxa de ocupação de imóveis da União, dispõe sobre foros, taxas e laudêmios e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1991 (nº 885/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos, salários e demais retribuições de servidores que menciona e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 214, de 1984 (nº 8 346/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 7 661, de 21 de junho de 1945 — Lei de Falências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1990 (nº 2.936/89, na Casa de origem), que autoriza a instituição da Área de Relevante interesse Ecológico do Morro da Pedreira e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1989 (nº 889/88, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Mário Andreazza” a Rodovia BR-230 — Transamazônica. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1990 (nº 6.821/85, na Casa de origem), que confere à BR-369 a denominação de “Rodovia Presidente Tancredo Neves”. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1991 (nº 516/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a competência da Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB, altera a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1990 (nº 3 672/89, na Casa de origem), que dispõe sobre nova denominação para a rodovia BR-364, trecho que liga Goiânia a Santa Rita do Araguaia, no Estado de Goiás. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1984 (nº 4.214/84, na Câmara dos Deputados), que autoriza a emissão especial de selos em benefício dos trabalhadores desempregados. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1991 (nº 4.785/90, na Casa de origem), que cria a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1991 (nº 826/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1991 (nº 825/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1991 (nº 1.050/91, na Câmara dos Deputados), que estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1992 e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 3, de 1991-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1992, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1991 (nº 1.390/91, na Casa de origem), que dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 1990 (nº 5.284/90, na Casa de origem), que dispõe sobre normas partidárias. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36 (nº 514/91, na Casa de origem), que cria o Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente — CONANDA, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1991 (nº 912/91, na Casa de origem), que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1991 (nº 1.263/91, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Social Autônomo “Associação das Pioneiras Sociais” e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1991 (nº 5.804/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1990 (nº 4.084/89, na Casa de origem), que disciplina o art. 100 da Constituição Federal, dispondo sobre créditos alimentícios. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 308, de 1989 (nº 5.230/90, na Câmara dos Deputados), que institui o cadastro nacional de infrações penais, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 1990 (nº 3.733, de 1989, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de Procuradorias Regionais da República, da Procuradoria da República do Estado de Tocantins, de Procuradorias em Municípios do interior e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1991 (nº 1.922/91, na Casa de origem), que reajusta valores da tabela progressiva para cálculo do Imposto de Renda. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1991 (nº 4.771/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a transformação do Centro de Educação Tecnológica da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica

da Bahia e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 25/91, (nº 4.790/90, na Casa de origem), que cria áreas de livre comércio nos Municípios de Pacaraima e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 81/91 (nº 1.262/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a expropriação das glebas nas quais se localizem culturas ilegais de plantas psicotrópicas e dá outras providências. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 10/91 (nº 5.375/90, na Casa de origem), que altera a composição interna do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, cria cargos e funções e dá outras providências. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 116/91 (nº 2.339/91, na Casa de origem), que dispõe sobre reajuste da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos e dá outras providências. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 121/91 (nº 2.206/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos básicos da Magistratura Federal e dá outras providências. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 109/91 (nº 1.448/91, na Casa de origem), que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura — PRONAC, e dá outras providências. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 111/91 (nº 9/91, na Casa de origem), que autoriza a Companhia Vale do Rio Doce — CVRD, a participar, minoritariamente, do capital social da sociedade anônima a ser constituída sob a denominação de CELMAR S/A — Indústria de Celulose de Papel. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 88/90 (nº 5.996/90, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o prazo para concessão para exploração de serviços públicos de telecomunicações, relativo ao art. 66 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto total apostado ao Projeto de Lei nº 124/91-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos suplementares no valor de Cr\$9.200.000.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 144/91 (nº 2.159/91, na Casa de origem), que institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 32/91-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$21.922.096.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 15/91-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$85.163.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 30/91-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$291.287.000,00, para os fins que especifica. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 85/91 (nº 1.793/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 1º do art. 3º, aos arts. 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, ao caput do art. 37 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976 e ao art. 10 da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e dá outras providências. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 140/91 (nº 2.452/91, na Casa de origem), que estabelece diretrizes para que a União possa realizar a consolidação e reescalonamento de dívidas das administradoras diretas e indiretas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 141/91 — Complementar (nº 91/91 — Complementar na Casa de origem), que institui a contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 128/91 (nº 2.181/91, na Casa de origem), que prorroga o prazo a que se refere o art. 1º das Leis nºs 8.056, de 28 de junho de 1990, 8.127, de 20 de dezembro de 1990 e 8.201, de 29 de junho de 1991. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 139/91 (nº 2.158/91, na Casa de origem), que extingue a contribuição e o adicional incidentes sobre saídas de açúcar a que se referem os Decretos-Leis nºs 308, de 28 de fevereiro de 1967, e 1.952, de 15 de julho de 1982, os subsídios de equalização de custos de produção de açúcar, e dispõe sobre isenção de IPI nas operações que menciona. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 135/91 (nº 2.308/91, na Casa de origem), que autoriza a Petrobrás Química S.A. — PETROQUISA, a participar minoritariamente de sociedades de capitais privados no Eixo Químico do Nordeste, formado pelos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 223/89 (nº 2.308/91, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a inclusão das creches e estabelecimentos similares no programa educacional brasileiro. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 124/91 (nº 1.913/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a base de cálculo das contribuições devidas ao Finsocial e ao PIS/PASEP e dá outras providências. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 112/91 (nº 396/91, na Casa de origem), que reajusta a pensão mensal concedida às viúvas de ex-Presidentes da República. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 132/91 (nº 5/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o controle de autenticidade de cópias de obras audiovisuais em videograma postas em comércio. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 122/91 (nº 822/91, na Casa de origem), que restabelece os incentivos fiscais que menciona e dá outras providências. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 127/91 (nº 2.088/91, na Casa de origem), que dispõe sobre parcela de frete pago pelas indústrias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, na aquisição de produtos siderúrgicos, laminados planos, comuns e revestidos, para efeito de satisfação do IPI. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 27/87 (nº 8.331/86, na Casa de origem), que autoriza a Petróleo Brasileiro S. A. — BR a, nas condições que estabelece, participar do capital de outras sociedades. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 137/91 (nº 2.211/91, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios e cria a Auditoria Militar do Distrito Federal. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

1.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 11ª Sessão Conjunta, em 22 de abril de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Mauro Benevides

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Alexandre Costa — Almir Gabriel — Aluizio Bezerra — Amir Lando — Áureo Mello — Carlos De' Carli — Carlos Patrocínio — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Coutinho Jorge — Dario Pereira — Dirceu Carneiro — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Epitácio Cafeteira — Fernando Henrique Cardoso — Flaviano Melo — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Hugo Napoleão — Humberto Lucena — Iram Saraiwa — Irapuan Costa Júnior — Jarbas Passarinho — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Paulo Bisol — José Riça — José Sarney — Julio Campos — Jutahy Magalhães — Levy Dias — Louremberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Marco Maciel — Mário Covas — Marluce Pinto — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Nelson Wedekin — Odacir Soares — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Ruy Bacelar — Valmir Campelo — Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida — PTB; Avenir Rosa — PDC; Francisco Rodrigues — PTB; João Fagundes — PMDB; Júlio Cabral — PTB; Marcelo Luz — PTR; Rubem Bento — Bloco; Teresa Jucá — PDS.

Amapá

Aroldo Góes — PDT; Gilvam Borges — PMDB; Lourival Freitas — PT; Murilo Pinheiro — Bloco; Valdenor Guedes — PTR.

Pará

Alacid Nunes — Bloco; Carlos Kayath — PTB; Domingos Juvenil — PMDB; Eliel Rodrigues — PMDB; Hilário Coimbra — PTR; José Diogo — PDS; Mário Chermont — PTR; Mario Martins — PMDB; Osvaldo Melo — PDS; Paulo Rocha — PT; Paulo Titan — PMDB; Socorro Gomes — PC do B; Valdir Ganzer — PT.

Amazonas

Beth Azize — PDT; Euler Ribeiro — PMDB; Ézio Ferreira — Bloco; Ricardo Moraes — PT.

Rondônia

Antonio Morimoto – PTB; Carlos Camurça – PTR; Edison Fidelis – PTB; Maurício Calixto – Bloco; Pascoal Novaes – Bloco; Raquel Cândido – PTB; Reditário Cassol – PTR.

Acre

Adelaide Neri – PMDB; Célia Mendes – PDS; Francisco Diógenes – PDS; João Maia – Bloco; João Tota – PDS; Mauri Sérgio – PMDB; Ronivon Santiago – Bloco; Zila Bezerra – PMDB.

Tocantins

Derval de Paiva – PMDB; Osvaldo Reis – PTR.

Maranhão

Cesar Bandeira – Bloco; Cid Carvalho – PMDB; Costa Ferreira – PTR; Daniel Silva – PDS; Haroldo Sabóia – PDT; Jayme Santana – PSDB; João Rodolfo – PDS; José Carlos Sabóia – PSB; Nan Souza – PST; Pedro Novais – PDC; Ricardo Murad – Bloco; Roseana Sarney – Bloco.

Ceará

Aécio de Borba – PDS; Ariosto Holanda – PSB; Carlos Benevides – PMDB; Edson Silva – PDT; Ernani Viana – PSDB; Etevaldo Nogueira – Bloco; José Linhares – PSDB; Marco Penaforte – PSDB; Maria Luiza Fontenele – PSB; Moroni Torgan – PSDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Vicente Fialho – Bloco.

Piauí

B. Sá – PTR; Caldas Rodrigues – PTB; Ciro Nogueira – Bloco; Jesus Tajra – Bloco; João Henrique – PMDB; José Luiz Maia – PDS; Murilo Rezende – PMDB; Mussa Demes – Bloco; Paes Landim – Bloco.

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves – PMDB; Iberê Ferreira – Bloco; Laíre Rosado – PMDB.

Paraná

Adaauto Pereira – Bloco; Efraim Moraes – Bloco; Evaldo Gonçalves – Bloco; Francisco Evangelista – PDT; José Luiz Clerot – PMDB; José Monteiro – PMDB; Rivaldo Medeiros – Bloco; Vital do Rego – PDT.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro – PSB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Gilson Machado – Bloco; Inocêncio Oliveira – Bloco; José Mendonça Bezerra – Bloco; José Múcio Monteiro – Bloco; Luiz Piauhylino – PSB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mavíael Cavalcanti – Bloco; Nilson Gibson – PMDB; Osvaldo Coelho – Bloco; Pedro Correa – Bloco; Renildo Calheiros – PC do B; Ricardo Heraclio – Bloco; Roberto Freire – PCB; Roberto Magalhães – Bloco; Tony Gel – Bloco; Wilson Campos – PMDB.

Alagoas

Antônio Holanda – Bloco; Augusto Farias – Bloco; José Thomaz Nonô – PMDB; Mendonça Neto – PDT; Roberto Torres – PTB; Vitorio Malta – Bloco.

Sergipe

Djenal Gonçalves – PDS.

Bahia

Alcides Modesto – PT; Aroldo Cedraz – Bloco; Benito Gama – Bloco; Beraldo Boaventura – PDT; Clóvis Assis – PDT; Eraldo Tinoco – Bloco; Félix Mendonça – PTB; Genivaldo Correia – PMDB; Jabes Ribeiro – PSDB; Jairo Carneiro – Bloco; Jaques Wagner – PT; João Alves – S/P; João Carlos Bacelar – PMDB; Jorge Khoury – Bloco; José Falcão – Bloco; José Lourenço – PDS; Leur Lomanto – Bloco; Luís Eduardo – Bloco; Luiz Moreira – PTB; Luiz Viana Neto – PMDB; Manoel Castro – Bloco; Nestor Duarte – PMDB; Prisco Viana – PDS; Sérgio Gaudenzi – PDT; Tourinho Dantas – Bloco.

Minas Gerais

Agostinho Valente – PT; Annibal Teixeira – PTB; Armando Costa – PMDB; Camilo Machado – Bloco; Elias Murad – PSDB; Felipe Neri – PMDB; Fernando Diniz – PMDB; Humberto Souto – Bloco; Israel Pinheiro – PRS; João Paulo – PT; João Rosa – Bloco; José Santana de Vasconcellos – Bloco; Lael Varella – Bloco; Marcos Lima – PMDB; Neif Jabur – PMDB; Nilmário Miranda – PT; Odelmo Leão – Bloco; Osmânio Pereira – PSDB; Paulo Afonso Romano – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Heslander – PTB; Raul Belém – Bloco; Ronaldo Perim – PMDB; Sandra Starling – PT; Sérgio Naya – PMDB; Tilden Santiago – PT; Vittorio Mediolli – PSDB; Wagner do Nascimento – Bloco; Zaire Rezende – PMDB.

Espírito Santo

Aloizio Santos – PMDB; Etevalda Grassi de Menezes – PMDB; João Baptista Motta – PSDB; Jório de Barros – PMDB; Nilton Baiano – PMDB; Paulo Hartung – PSDB; Rita Camata – PMDB; Roberto Valadão – PMDB.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral – PTB; Aroldo de Oliveira – Bloco; Artur da Távola – PSDB; Carlos Alberto Campista – PDT; César Maia – PMDB; Eduardo Mascarenhas – PDT; Fábio Rauhneitti – PTB; Flávio Palmier da Veiga – Bloco; Francisco Silva – PST; Jair Bolsonaro – PDC; Jamil Haddad – PSB; Jandira Feghali – PC do B; João Mendes – PTB; José Egydio – Bloco; Junot Abi-Ramia – PDT; Marino Clinger – PDT; Miro Teixeira – PDT; Nelson Bornier – PL; Paulo Almeida – PTB; Paulo Ramos – PDT; Roberto Jefferson – PTB; Sérgio Arouca – PCB; Sidney de Miguel – PV; Vivaldo Barbosa – PDT.

São Paulo

Alberto Haddad – PTR; Aldo Rebelo – PC do B; Aloizio Mercadante – PT; André Benassi – PSDB; Arnaldo Faria de Sá – Bloco; Cardoso Alves – PTB; Diogo Nomura – PL; Eduardo Jorge – PT; Fábio Feldmann – PSDB; Fausto Rocha – Bloco; Florestan Fernandes – PT; Gastone Righi – PTB; Geraldo Alckmin Filho – PSDB; Heitor Franco – Bloco; Irma Passoni – PT; José Cicote – PT; José Genofino – PT; José Maria Eymael – PDC; José Serra – PSDB; Koyu Iha – PSDB; Luiz Gushiken – PT; Roberto Rollemberg – PMDB; Robson Tuma – PL; Solon Borges dos Reis – PTB;

Tadashi Kuriki – Bloco; Tidei de Lima – PMDB; Tuga Ange-rami – PSDB.

Mato Grosso

João Teixeira – PL; Jonas Pinheiro – Bloco; José Augusto Curvo – PL; Rodrigues Palma – PTB; Wellington Fagundes – PL.

Distrito Federal

Augusto Carvalho – PCB; Benedito Domingos – PTR; Chico Vigilante – PT; Eurides Brito – PTR; Maria Laura – PT; Osório Adriano – Bloco; Paulo Octávio – Bloco; Sigma-ri-nga Seixas – PSDB.

Goiás

Alano De Freitas – PMDB; Antonio de Jesus – PMDB; Antonio Faleiros – PSDB; Délio Braz – Bloco; João Natal – PMDB; Lázaro Barbosa – PMDB; Maria Valadão – PDS; Mauro Borges – PDC; Mauro Miranda – PMDB; Osório Santa Cruz – PDC; Paulo Mandarinó – PDC; Pedro Abrão – PMDB; Roberto Balestra – PDC; Ronaldo Caiado – Bloco; Virmondes Crúvinel – PMDB.

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo – Bloco; Flávio Derzi – Bloco; George Takimoto – Bloco; José Elias – PTB; Marilu Guimarães – PTB; Valter Pereira – PMDB.

Paraná

Abelardo Lupion – Bloco; Antonio Ueno – Bloco; Basílio Villani – PDS; Carlos Roberto Massa – Bloco; Delcino Tavares – PST; Edi Siliprandi – PDT; Élio Dalla-Vecchia – PDT; Ivânio Guerra – Bloco; Joni Varisco – PMDB; Luiz Carlos Hauly – PST; Max Rosenmann – Bloco; Munhoz da Rocha – PSDB; Onaireves Moura – PTB; Otto Cunha – Bloco; Paulo Bernardo – PT; Pedro Tonelli – PT; Pinga Fogo de Oliveira – Bloco; Rubens Bueno – PSDB; Said Ferreira – PMDB; Werner Wanderer – Bloco; Wilson Moreira – PSDB.

Santa Catarina

Ângela Amin – PDS; Dejandir Dalpasquale – PMDB; Eduardo Moreira – PMDB; Hugo Biehl – PDS; Jarvis Gaidzinski – PL; Nelson Morro – Bloco; Neuto do Conto – PMDB; Paulo Duarte – Bloco; Renato Vianna – PMDB; Vasco Furlan – PDS.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller – PDT; Arno Magarinos – Bloco; Carlos Azambuja – PDS; Carlos Cardinal – PDT; Eden Pedroso – PDT; Fernando Carrion – PDS; Fetter Júnior – PDS; Ibsen Pinheiro – PMDB; João de Deus Antunes – PDS; José Fortunati – PT; Luís Roberto Ponte – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Odacir Klein – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Paulo Paim – PT; Raul Pont – PT; Telmo Kirst – PDS; Valdomiro Lima – PDT; Victor Faccioni – PDS.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — As listas de presença acusam o comparecimento de 62 Srs. Senadores e 312 Srs. Deputados.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

MENSAGEM Nº 33, DE 1992-CN

Nº 104/91, na origem

Senhores Membros do Congresso Nacional,
Em cumprimento ao preceito constitucional do art. 84, inciso XXIV, encaminho para exame de Vossas Excelências os volumes anexos, que compreendem as contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 1991.

Obedecendo ao disposto no art. 29 do Decreto-Lei nº 199, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, submeto também a Vossas Excelências o Relatório sobre a execução do orçamento e a situação da administração financeira federal, elaborado pelo Departamento do Tesouro Nacional do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

Brasília 13 de abril de 1992. — **Fernando Collor de Mello**
E.M. nº 103

Brasília, 9 de abril de 1992

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Tenho a honra de encaminhar à elevada consideração de Vossa Excelência, em apenso, os Balanços Gerais da União, relativos ao exercício de 1991, e o Relatório do Departamento do Tesouro Nacional sobre a execução orçamentária e a situação da administração financeira federal.

2. As peças de que se trata constituem a Prestação de Contas do Presidente da República ao Congresso Nacional, de conformidade com as disposições constitucionais a seguir transcritas:

“Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital da União, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

XXIV — prestar, anualmente, ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.”

3. O Decreto-Lei nº 199 de 25-2-67, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências estabelece a seu turno:

“Art. 29. O Tribunal dará parecer prévio em sessenta dias, contados da data da entrega, sobre as contas que o Presidente da República, no prazo constitucional, deverá prestar anualmente ao Congresso Nacional.”

4. Submeto ainda a Vossa Excelência projeto de Mensagem ao Congresso Nacional comunicando o cumprimento das disposições constitucionais e legais.

Respeitosamente, **Marcílio Marques Moreira**, Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A matéria que acaba de ser lida, após receber o parecer prévio do Tribu-

nal de Contas da União, de acordo com o que dispõe o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, será remetida à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) Sobre a Mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

MENSAGEM Nº 34, DE 1992-CN

(Nº 110/92 — na Casa de origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Em cumprimento ao disposto no art. 35, § 2º, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, encaminho a Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro Interino de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, o anexo projeto de lei que “Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1993, e dá outras providências”.

Brasília, 15 de abril de 1992. — **Fernando Collor de Mello**
E.M. nº 110/MEFP

Brasília, 15 de abril de 1992

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho à consideração de Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição, o anexo projeto de lei que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 1993.

2. Mencionado projeto, em consonância com o Plano Plurianual, compreende as prioridades e metas da administração pública federal; a organização e estrutura dos orçamentos; as diretrizes gerais para os orçamentos da União e suas alterações; as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais; a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento; as disposições sobre alterações na legislação tributária da União; e outros dispositivos gerais sobre a matéria orçamentária.

3. Como se observa, essa lei, ao abranger tais diretrizes, estabelece também as principais orientações para a consecução da política fiscal do exercício financeiro de 1993, no que concerne aos Orçamentos da União.

Fl. 2 da E.M. nº 110/MEFP, de 15-4-92

4. Desse modo, é importante enfatizar que as diretrizes ora propostas coadunam-se perfeitamente às demais orientações do Programa Econômico Brasileiro, aprovado por Vossa Excelência, e que visa, sobretudo, a estabilização da economia para a retomada do crescimento, através do aprofundamento do ajuste fiscal, para se alcançar um equilíbrio mais permanente das contas públicas, e da redução contínua da inflação.

5. O anexo projeto de lei de diretrizes orçamentárias, contempla importantes inovações quando comparado aos projetos anteriormente propostos.

6. Assim, é a primeira vez desde a promulgação da Constituição de 1988, no contexto do ordenamento das finanças públicas, que se inclui, de forma clara e objetiva, as prioridades e metas da administração pública federal para o exercício financeiro subsequente. Acrescente-se, ainda, que as prioridades e metas propostas para o exercício de 1993, como prevê o texto constitucional, estão inteiramente compatíveis com a revisão do Plano Plurianual para o período de 1993-1995, enviado ao Congresso Nacional através da Mensagem Presidencial nº 2/92, de 15 de fevereiro de 1992.

7. A identificação das metas programáticas reveste-se de significativa importância ao expressar, a nível de cada prio-

riedade, os resultados esperados com a aplicação dos recursos públicos. Esse fato possibilita, ao Governo e à sociedade, acompanhar e avaliar a execução dos Orçamentos não só em seu aspecto financeiro mas sobretudo em suas realizações quantitativas.

Fl. 3 da E.M. nº 110/MEFP, de 14-4-92

8. No que concerne à organização e estrutura dos orçamentos, cabe destacar o aperfeiçoamento introduzido por este projeto de lei, que confere maior racionalidade e organização ao processo orçamentário, ao explicitar com clareza e objetividade conceitos e procedimentos para a elaboração dos orçamentos da União.

9. Propõe-se, no projeto de lei, que os orçamentos sejam elaborados a preços constantes de abril de 1992, o mais recente mês em que estará disponível o Índice Geral de Preços — IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, quando do estabelecimento dos limites para a elaboração da proposta orçamentária. Este índice será, também, utilizado para atualizar os valores da lei orçamentária para 1993.

10. Importante inovação está sendo proposta com relação à apresentação da dívida pública federal. Será identificada a variação líquida do principal, elemento essencial para a compreensão do impacto fiscal da dívida. Evitam-se, assim, as distorções decorrentes da inclusão dos valores referentes ao refinanciamento total a ser realizado no exercício, que é afetado não apenas pela variação líquida da dívida, mas depende, sobretudo, do número de vezes em que o saldo da dívida é refinanciado, em virtude do prazo de vencimento dos títulos utilizados nessa operação.

11. O projeto de lei de diretrizes orçamentárias estabelece, também, a obrigatoriedade de destinação dos recursos provenientes do retorno do refinanciamento das dívidas interna e externa dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Empresas Estatais para o pagamento de amortizações, juros e outros encargos resultantes da assunção desta dívida pela União.

Fl. 4 da E.M. nº 110/MEFP, de 15-4-92

12. Propõe-se que a despesa de pessoal e encargos sociais, em cada Poder, não exceda, em 1993, aquela correspondente ao efeito anual da despesa referente ao mês de abril de 1992, acrescida do reajuste decorrente da revisão geral das remunerações dos servidores públicos, nos termos do art. 37, X, da Constituição.

13. O projeto estabelece que até 31 de agosto deste ano será encaminhada ao Congresso Nacional proposta de reforma fiscal destinada a simplificar e aumentar a eficiência do sistema tributário nacional, ao mesmo tempo em que promoverá uma maior justiça fiscal e compatibilizará as despesas de responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a disponibilidade de receita em cada uma destas esferas de governo.

14. Finalmente, cabe destacar a inclusão de dispositivo estabelecendo que na hipótese de insuficiência de receita para atender às dotações fixadas na lei orçamentária anual, fica o Poder Executivo autorizado a compatibilizar a receita com a despesa, mediante ajuste que preserve a mesma proporção aprovada para cada um dos Poderes.

Respeitosamente,

Luiz Antonio Andrade Gonçalves, Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, interino.

PROJETO DE LEI Nº 3, DE 1992-CN

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1993, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Disposição Preliminar

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição, as diretrizes orçamentárias da União para o exercício financeiro de 1993, compreendendo:

I — as prioridades e metas da Administração Pública Federal;

II — a organização e estrutura dos orçamentos;

III — as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos da União e suas alterações;

IV — as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

V — a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento;

VI — as disposições sobre alterações na legislação tributária da União;

VII — outras disposições.

CAPÍTULO I**Das Prioridades e Metas da Administração Pública Federal**

Art. 2º Constituem prioridades do Governo Federal:

I — a educação, a ciência e a tecnologia;

II — a reforma agrária e o incentivo à produção agrícola;

III — a recuperação e conservação do meio ambiente rural e urbano;

IV — a consolidação e recuperação da infra-estrutura;

V — a abertura e modernização da economia.

Art. 3º Observadas as prioridades definidas no artigo anterior, as metas programáticas correspondentes, explicitadas no Anexo desta lei, terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos de 1993.

CAPÍTULO II**Da Organização e Estrutura dos Orçamentos**

Art. 4º A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo previsto no art. 35, § 2º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, será composta de:

I — projeto de lei do orçamento anual e anexos;

II — informações complementares.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União encaminharão, ao Órgão Central do Sistema de Planejamento Federal e de Orçamentos, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de análise de consistência e consolidação.

Art. 5º A mensagem que encaminhar a proposta orçamentária conterá:

I — relato sucinto da conjuntura econômica do País, com indicação do cenário macroeconômico para 1993;

II — resumo da política econômica do Governo;

III — os fundamentos da estimativa da receita;

IV — considerações sobre o gasto público;

V — a situação observada no exercício de 1991, em relação aos limites de que tratam os arts. 167, III, e 169, da Constituição, e os arts. 37 e 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

VI — informações a que se referem o art. 165, §§ 6º e 7º, da Constituição, e o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 6º A lei orçamentária anual e seus anexos compreenderão:

I — os orçamentos fiscal e da seguridade social, referentes aos Poderes da União, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos que não sejam provenientes de:

a) participação acionária;

b) pagamento pelo fornecimento de bens e prestação de serviços;

c) empréstimos e financiamentos;

d) transferências para aplicação em programas de financiamento, nos termos do disposto nos arts. 159, I, c, e 239, § 1º, da Constituição;

e) refinanciamento de dívida;

II — o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto;

III — a legislação da receita e da despesa, referentes aos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Parágrafo único. a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social será apresentada conjuntamente.

Art. 7º Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa segundo a classificação funcional-programática, expressa por categoria de programação, em seu menor nível, e indicando para cada uma:

I — o orçamento a que pertence;

II — o grupo de despesa a que se refere, observada a seguinte classificação:

a) pessoal e encargos sociais;

b) juros e encargos da dívida;

c) outras despesas correntes;

d) investimentos;

e) inversões financeiras, inclusive as referentes à constituição ou aumento de capital de empresas;

f) amortização da dívida;

g) outras despesas de capital.

§ 1º As categorias de programação de que trata o caput deste artigo serão identificadas por subprojetos ou subatividades, com indicação sucinta das respectivas metas.

§ 2º Os subprojetos e subatividades serão agrupados em projetos e atividades, contendo a descrição sucinta dos respectivos objetivos.

§ 3º No projeto de lei orçamentária anual será atribuído, a cada subprojeto e subatividade, para fins de processamento, um código numérico seqüencial que não constará da lei orçamentária anual.

Art. 8º O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, II, da Constituição, será apresentado por empresa e terá a despesa discriminada segundo a classificação funcional-programática, expressa por categoria de programação, em seu menor nível, na forma do disposto no art. 7º, §§ 1º, 2º e 3º, desta lei.

Art. 9º As informações complementares de que trata o art. 4º, II, desta lei, serão compostas por demonstrativos contendo:

I — a evolução da receita do Tesouro, segundo categorias econômicas;

II — a evolução da despesa do Tesouro, segundo categorias econômicas;

III — a despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, segundo Poder e órgão, por grupo de despesa;

IV — o resumo da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

V — o resumo da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

VI — os resultados correntes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;

VII — a receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações;

VIII — a despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, segundo órgão e origem dos recursos;

IX — a despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, segundo a origem dos recursos e:

- a) função;
- b) programa;
- c) subprograma;
- d) grupo de despesa;
- e) modalidade de aplicação;
- f) elemento de despesa;

X — os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição;

XI — os recursos destinados à irrigação, nos termos do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

XII — os recursos destinados à programação especial das operações oficiais de crédito, inclusive subsídios, se houver, segundo órgão e origem dos recursos, de acordo com a classificação funcional-programática;

XIII — os recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, destinados a investimentos, por órgão;

XIV — os recursos do Tesouro Nacional, diretamente arrecadados, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, por órgão;

XV — os recursos destinados a contrapartida nacional de empréstimos externos, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, por órgão;

XVI — o resumo da despesa do orçamento de investimento, segundo:

- a) órgão;
- b) função;
- c) programa;
- d) subprograma;
- e) origem dos recursos.

Art. 10. Os projetos de lei orçamentária anual e de créditos adicionais, bem como suas propostas de modificação, nos termos do art. 166, § 5º, da Constituição, serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos nesta lei.

Art. 11. Os projetos de lei orçamentária anual e de créditos adicionais conterão, em nível de categoria de programação, a identificação das fontes de recursos, que não constarão das respectivas leis.

Art. 12. O Poder Executivo colocará à disposição do Congresso Nacional os dados e informações relativos aos projetos de lei orçamentária anual e de créditos adicionais, mediante acesso ao Sistema Integrado de Dados Orçamentários

- SIDOR, ou envio de meio magnético de processamento eletrônico.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes para os Orçamentos da União e suas alterações

SEÇÃO I

Das Diretrizes Gerais

Art. 13. No projeto da lei orçamentária anual, as receitas e as despesas serão orçadas a preços de abril de 1992.

§ 1º Os compromissos em moeda estrangeira serão estimados com base na taxa de câmbio de venda, vigente no último dia útil do referido mês.

§ 2º Os valores expressos na forma deste artigo serão corrigidos, na lei orçamentária anual, pelo quociente entre o valor médio estimado para 1993 e o valor observado em abril de 1992, do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas.

Art. 14. Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

Art. 15. A programação dos investimentos para 1993 não incluirá subprojetos novos em detrimento de outros em execução.

Art. 16. A lei orçamentária anual observará, na estimativa da receita e na fixação da despesa, os efeitos econômicos decorrentes de:

I — redução da participação do Estado na economia;

II — modernização e racionalização da Administração Pública;

III — alienação, extinção ou dissolução de órgãos e entidades das administrações direta e indireta;

IV — alienação de bens móveis e imóveis e direitos integrantes do ativo de órgãos e entidades da Administração Federal;

V — descentralização de ações governamentais para os Estados, Distrito Federal e Municípios;

VI — incremento do investimento público federal, especialmente aqueles voltados para a área social, infra-estrutura básica e desenvolvimento científico e tecnológico;

VII — diminuição das desigualdades regionais e sociais.

Parágrafo único. Na descentralização de ações governamentais para os Estados, Distrito Federal e Municípios deverá ser incrementada a transferência de encargos relativos à manutenção e operação da malha rodoviária não pertencente ao sistema estrutural nacional.

Art. 17. Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

I — início de construção, ampliação, aquisição, novas locações ou arrendamentos de imóveis, inclusive residenciais;

II — aquisição de mobiliário e equipamento para unidades residenciais de representação funcional;

III — aquisição e manutenção de automóveis de representação, ressalvadas aquelas referentes a automóveis de uso do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, dos Tribunais Superiores, dos Ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal e do Procurador-Geral da República;

IV — aquisição de aeronaves e outros veículos de representação;

V — celebração, renovação e prorrogação de contratos de locação e arrendamento de quaisquer veículos para representação pessoal;

VI — obras e serviços locais, assim como outras ações típicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ressalvados os casos previstos nos arts. 30, VI e VII, 200 e 204, I, da Constituição, ou por autorizações específicas anteriormente concedidas em lei.

Art. 18 Excluem-se das vedações contidas no artigo anterior, desde que especificamente identificadas nos orçamentos:

I — no caso do inciso I:

a) as unidades essenciais à expansão das atividades de saúde, saneamento básico, educação, segurança, de arrecadação de impostos federais, reforma agrária, pesquisa em setores de tecnologia de ponta, proteção ao meio ambiente, preservação do patrimônio histórico nacional, representações diplomáticas no exterior e unidades operacionais das empresas referidas no art. 6º, II, desta lei, não se aplicando a exceção de que trata este inciso a imóveis residenciais;

b) a instalação de órgãos federais transferidos para Brasília-DF, devendo a aquisição recair, prioritariamente, sobre imóveis de entidades da Administração Federal que estejam em processo de extinção ou liquidação;

II — no caso dos incisos I e II, as unidades equipadas, essenciais à ação das organizações militares.

Parágrafo único. As aquisições e construções de imóveis previstas no inciso I deste artigo dependerão de autorização do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, que verificará a disponibilidade de imóveis junto ao Departamento do Patrimônio da União, exceto para o caso das unidades operacionais das empresas referidas no art. 6º, II, desta Lei.

Art. 19. As receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como, pelas empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades a que se refere o art. 6º, I, desta Lei, respeitadas suas peculiaridades legais, somente poderão ser programadas para investimentos e inversões financeiras depois de atenderem integralmente às necessidades relativas aos custeios administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida.

Art. 20. É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos, para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, exceto da dívida mobiliária federal, observado o cronograma de desembolso da respectiva operação.

Parágrafo único. Somente serão incluídas no projeto da lei orçamentária anual dotações relativas às operações de crédito contratadas ou aprovadas pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento até a data do encaminhamento do projeto de lei ao Congresso Nacional.

Art. 21. Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

I — pagamento, a qualquer título, a servidor da Administração Pública Federal por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais, pelo órgão ou entidade a que pertencer o servidor ou por aquele em que estiver eventualmente lotado;

II — clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar.

Art. 22. Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.020, de 12 de abril de 1990, somente poderão ser destinados recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive de receitas diretamente arrecadadas dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, para entidade de previdência fechada ou congêneres legalmente constituída e em funcionamento até 10 de julho de 1989, desde que:

I — não aumente a participação relativa da patrocinadora, em relação à contribuição dos seus participantes, verificada no exercício de 1989;

II — os recursos de cada patrocinadora, destinados a esta finalidade, não sejam superiores àqueles verificados no balanço de 1989, corrigidos pelo Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, condicionada à efetiva disponibilidade de recursos.

Art. 23. É vedada a inclusão na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a:

I — municípios, para atendimento de ações de educação, saúde e assistência social;

II — entidades privadas sem fins lucrativos, desde que:

a) estejam registradas no Conselho Nacional de Serviço Social;

b) sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica ou assistencial.

Art. 24. É vedada a inclusão de dotações a título de auxílios para entidades privadas.

Art. 25. As transferências de recursos da União para Estados, Distrito Federal ou Municípios, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, ressalvadas as destinadas a atender estado de calamidade pública legalmente reconhecido por ato Ministerial, e as classificadas como subvenções sociais, só poderão ser efetuadas se a unidade beneficiada comprovar que:

I — instituiu, regulamentou e arrecada todos os tributos previstos nos arts. 155 e 156, da Constituição;

II — a receita tributária própria corresponde, em relação ao total das receitas orçamentárias, exclusive as decorrentes de operações de crédito, a pelo menos:

a) vinte por cento, no caso de Estado ou Distrito Federal;

b) três por cento, no caso de Municípios com mais de 150.000 habitantes;

c) dois por cento, no caso de Municípios de 50.000 a 150.000 habitantes;

d) um por cento, no caso de Municípios de 25.000 a 50.000 habitantes;

e) meio por cento, no caso de Municípios com até 25.000 habitantes.

III — atende ao disposto nos arts. 167, III, e 212 da Constituição e nos arts. 37 e 38, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 1º Para efeito do disposto no inciso I deste artigo, são ressalvados os impostos a que se refere o art. 156, III e IV, da Constituição, quando comprovada a ausência dos respectivos fatos geradores.

§ 2º A comprovação prevista neste artigo será feita por declaração do Chefe do Poder Executivo respectivo, acompanhada de balancete sintético oficial, referente ao exercício de 1992, e da lei orçamentária de 1993.

Art. 26. A concessão de empréstimo ou financiamento do Tesouro Nacional a Estado, Distrito Federal ou Município, inclusive entidades da administração indireta, fundações, em-

presas e sociedades controladas, fica condicionada à comprovação prevista no artigo anterior.

Art. 27. As dotações nominalmente identificadas na lei orçamentária anual ou em seus créditos adicionais para Estado, Distrito Federal ou Município serão liberadas mediante requerimento e apresentação de plano de aplicação, observado o disposto no art. 25, desde que os beneficiários não estejam inadimplentes com a União, seus órgãos e entidades da administração direta e indireta e haja disponibilidade de recursos no Tesouro Nacional.

Parágrafo único. Caberá ao órgão repassador dos recursos observar o disposto neste artigo, aprovar e publicar o plano de aplicação dos recursos e acompanhar sua execução.

Art. 28. Os empréstimos financiamentos e refinanciamentos, com recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, observarão as seguintes condições:

I — na hipótese de operações com custo de captação identificado, os encargos financeiros não poderão ser inferiores ao referido custo;

II — na hipótese de operações com custo de captação não identificado, os encargos financeiros não poderão ser inferiores à Taxa Referencial Diária — TRD, de que trata a Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991.

Parágrafo único. Serão de responsabilidade do mutuário, além dos encargos financeiros previstos nos incisos I e II deste artigo, eventuais comissões, taxas e outras despesas congêneres cobradas pelo agente financeiro.

Art. 29. As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, dependerão de autorizações que vierem a ser expressamente determinadas em lei específica.

Parágrafo único. Ressalvam-se do disposto neste artigo os empréstimos concedidos para:

a) aquisição, por autarquias e empresas públicas federais, de produtos agropecuários destinados à execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, de que trata o Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e à formação de estoques, nos termos do art. 31, da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991;

b) a comercialização de produtos agropecuários, desde que o prazo total das prorrogações não ultrapasse 180 dias.

Art. 30. A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, pagamento de bonificações a produtores e vendedores, e ajuda financeira, a qualquer título, a empresa com fins lucrativos, observará o disposto nos arts. 18, parágrafo único, e 19 da Lei nº 4.320/64.

Parágrafo único. O descritor do projeto ou atividade orçamentária mencionará a legislação que autorizou o benefício.

Art. 31. Não poderão ser incluídas nos orçamentos despesas classificadas como Investimentos — Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição.

Art. 32. Serão constituídas, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, reservas de contingência específica, vinculadas aos respectivos orçamentos, formadas pela importância equivalente a três por cento:

I — da receita global de impostos, deduzidas as transferências previstas no art. 159 da Constituição, no caso do orçamento fiscal;

II — da receita de contribuições sociais prevista no art. 195, I, II e III, da Constituição, no caso do orçamento da seguridade social.

SEÇÃO II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

Art. 33. A programação a cargo da unidade orçamentária denominada Operações Oficiais de Crédito — Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, conterá dotações destinadas a atender:

I — ao refinanciamento de dívida externa do setor público brasileiro, que seja ou vier a ser de responsabilidade da União, nos termos da Resolução nº 20, de 20 de junho de 1991, e de outras resoluções congêneres que vierem a ser aprovadas pelo Senado Federal;

II — o refinanciamento da dívida interna de Estados, do Distrito Federal e de Municípios, bem como de suas autarquias, fundações públicas e empresas nas quais detenham, direta ou indiretamente, o controle acionário, junto a órgãos e entidades controladas, direta ou indiretamente, pela União, nos termos do disposto na Lei nº 8.388, de 30 de dezembro de 1991;

III — ao financiamento de programas de custeio e investimento agropecuário e de investimento agroindustrial;

IV — aos financiamentos para a comercialização de produtos agropecuários, nos termos previstos no art. 4º do Decreto-Lei nº 79/66;

V — ao financiamento para a formação de estoques previstos no art. 31 da Lei nº 8.171/91;

VI — ao financiamento de exportações;

VII — ao financiamento de operações previstas em acordos internacionais, com execução a cargo do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

Art. 34. As despesas de que trata o artigo precedente serão financiadas, exclusivamente, com recursos provenientes de:

I — operações de crédito externas;

II — emissão de Títulos Públicos Federais, com cláusula de correção cambial e inalienabilidade, até o vencimento, destinados ao pagamento integral e antecipado da equalização de taxas de juros dos financiamentos às exportações, em conformidade com o Programa de Financiamento às Exportações — PROEX, nos termos da Lei nº 8.187, de 1º de junho de 1991;

III — retorno de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos, a qualquer tempo, nas modalidades que, a partir de 1988, passaram a integrar o ativo das Operações Oficiais de Crédito, exceto:

a) o retorno do refinanciamento da dívida interna mobiliária de Estados, do Distrito Federal e de Municípios, que será destinado, exclusivamente, ao pagamento de amortizações, juros e outros encargos da dívida mobiliária contraída pela União, na forma da Lei nº 8.388/91;

b) o retorno do refinanciamento da dívida externa do setor público brasileiro que seja, ou vier a ser de responsabilidade da União, nos termos da Resolução nº 20, de 1991, e de outras resoluções congêneres que vierem a ser baixadas pelo Senado Federal, que será aplicado, exclusivamente no pagamento de amortizações, juros e outros encargos da dívida mobiliária da União.

Parágrafo único. O retorno do refinanciamento da dívida não mobiliária de Estados, do Distrito Federal e de Municípios

prios, bem como de suas autarquias, fundações públicas e empresas nas quais detenham, direta ou indiretamente, o controle acionário, que será destinado, exclusivamente, ao pagamento de amortizações, juros e outros encargos da dívida assumida pela União, na forma da Lei nº 8.388/91.

Art. 35. As dotações para a política de Garantia de Preços Mínimos e para a formação de estoques previstos no art. 31 da Lei nº 8.171/91, serão orçadas de modo a compatibilizar os requisitos necessários para a estabilização da oferta e a disponibilidade estratégica de produtos essenciais ao abastecimento interno, com a disponibilidade de recursos do Tesouro Nacional.

Art. 36. Os preços de venda dos produtos adquiridos para revenda pelas autarquias e empresas públicas federais não poderão ser inferiores ao seu custo médio, salvo quando a entidade adquirente:

I — dispuser de receita própria suficiente para atender ao déficit correspondente, sem prejuízo do atendimento de suas necessidades de custeio administrativo e operacional e do serviço de sua dívida;

II — dispuser, para cobertura do déficit, de dotação na lei orçamentária anual, a título de subvenção econômica, nos termos do art. 18 da Lei nº 4.320/64;

III — caracterizar urgência e comprovar risco de prejuízo para o Tesouro Nacional, em face do estado de conservação de bens perecíveis, proceder a licitação ou leilão, e desde que a subvenção econômica correspondente seja autorizada na forma do art. 167, § 3º, da Constituição.

Parágrafo único. Na determinação do custo médio referido no **caput** deste artigo será considerado, pelo seu valor atualizado, o conjunto de gastos diretos e indiretos efetuados pela entidade para dispor do produto em condições de venda, nele incluídos os custos de aquisição, preparo, armazenamento, remoção, quebras e perdas, seguros, impostos, taxas, multas, encargos financeiros e despesas administrativas.

Art. 37. A programação orçamentária do Banco Central do Brasil obedecerá ao disposto nesta Lei, e compreenderá as despesas com pessoal e encargos sociais, outros custeios administrativos e operacionais, inclusive aquelas relativas a planos de benefícios e de assistência a servidores, e investimentos.

SEÇÃO III

Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 38. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao definido nos arts. 194, 195, 196, 200, 201, 203, e 212, § 4º, da Constituição, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I — das contribuições sociais a que se referem os arts. 195, I, II e III, e 239, da Constituição;

II — de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento;

III — da contribuição dos servidores públicos de que tratam o art. 231 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e os arts. 9º e 10 da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, que será utilizada, prioritariamente, para atender despesas no âmbito dos Encargos Previdenciários da União;

IV — da contribuição da União, fixada na lei orçamentária anual.

Art. 39. A proposta orçamentária da seguridade social: I — observará os limites de recursos, inclusive contribuição da União, fixados pelo Órgão Central do Sistema de Planejamento Federal e de Orçamentos;

II — discriminará, no caso das ações descentralizadas de saúde e assistência social, em categorias de programação específica, a transferência de recursos da União para cada Estado, para o Distrito Federal e para o conjunto de Municípios de cada unidade da Federação.

SEÇÃO IV

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 40. Não se aplicam às empresas integrantes do orçamento de investimento as normas gerais da Lei nº 4.320/64, no que concerne ao regime contábil, execução do orçamento e demonstrativos de resultado.

§ 1º Excetua-se do disposto neste artigo a aplicação, no que couber, dos arts. 109 e 110, da Lei nº 4.320/64, para as finalidades a que se destinam.

§ 2º As despesas com aquisição de direitos do ativo imobilizado serão consideradas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, como investimentos.

Art. 41. A programação dos investimentos à conta de recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive mediante participação acionária, observará o valor e a destinação constante do orçamento original.

SEÇÃO V

Da Dívida Pública Federal

Art. 42. A receita decorrente da emissão de títulos da dívida pública federal, pelo Tesouro Nacional, será destinada ao atendimento das seguintes despesas:

I — amortização, juros e outros encargos da dívida pública federal, exceto no caso da dívida pública mobiliária interna em que somente poderão ser atendidas despesas com amortização, abrangendo a parcela relativa à atualização monetária, inclusive a obtida com base na Taxa Referencial — TR, na Taxa Referencial Diária — TRD ou outro índice que vier a ser legalmente estabelecido;

II — refinanciamento da dívida externa do setor público brasileiro que seja, ou vier a ser, de responsabilidade da União, nos termos da Resolução nº 20/91, e de outras resoluções congêneres que vierem a ser baixadas pelo Senado Federal;

III — refinanciamento da dívida interna mobiliária de Estados, Distrito Federal e de Municípios, nos termos da Lei nº 8.388/91;

IV — aumento de capital das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

V — desapropriação de imóveis rurais, para fins de Reforma Agrária, nos termos do art. 184, § 4º, da Constituição;

VI — pagamento integral e antecipação da equalização de taxas de juros dos financiamentos às exportações, no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações — PROEX, previsto no art. 2º da Lei nº 8.187/91.

§ 1º Os recursos decorrentes da emissão de títulos da dívida pública federal a que se refere o art. 1º da Lei nº 8.018, de 11 de abril de 1990, serão destinados ao atendimento das despesas mencionadas no inciso I deste artigo.

§ 2º Os títulos emitidos para atender ao disposto no inciso IV deste artigo conterão cláusula de inalienabilidade até o seu vencimento e serão vendidos às respectivas empresas beneficiárias do aumento do capital.

§ 3º No caso de amortização, juros e outros encargos decorrentes da extinção ou dissolução de entidades da Administração Pública Federal, nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, os títulos serão emitidos com prazo de vencimento superior a dez anos.

§ 4º Os títulos emitidos para atender ao disposto no inciso VI deste artigo conterão cláusula de correção cambial e de inalienabilidade, até o vencimento, e serão dados em pagamento da equalização, à instituição financiadora da exportação.

Art. 43. Acompanhará a lei orçamentária anual demonstrativo indicando a variação líquida do principal da dívida pública mobiliária federal

CAPÍTULO IV

Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 44. A despesa com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, não poderá exceder, no exercício de 1993, àquela correspondente ao efeito anual da despesa referente ao mês de abril de 1992, acrescida dos reajustes decorrentes das revisões gerais da remuneração dos servidores públicos, entre 1º de abril de 1992 e 31 de dezembro de 1993, nos termos dos arts. 37, X, e 169, II, da Constituição.

Parágrafo único. Ressalvam-se do disposto neste artigo as despesas decorrentes de:

- a) implantação dos planos de carreira previstos no art. 39, da Constituição;
- b) preenchimento de vagas em virtude da realização de concurso público;
- c) progressão funcional;
- d) reajustes em virtude do disposto no art. 39, § 1º, da Constituição;
- e) criação de cargo ou emprego, autorizado em lei.

Art. 45. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público da União, farão publicar no **Diário Oficial** da União, até o vigésimo dia do mês subsequente ao bimestre vencido, por unidade orçamentária, demonstrativos com a remuneração do pessoal, realizada no bimestre anterior, evidenciando os quantitativos físicos, os salários, vencimentos, vantagens de qualquer espécie e as gratificações pagas por funções.

Art. 46. Aplica-se o disposto no art. 44 desta Lei às transferências da União a Estados e Distrito Federal, destinadas ao atendimento de despesas com pessoal.

CAPÍTULO V

Da Política de Aplicação das Agências Financeiras Oficiais de Fomento

Art. 47. As agências financeiras oficiais de fomento observarão, na concessão de empréstimos e financiamentos, além do previsto no Plano Plurianual, as seguintes prioridades:

- I — redução das desigualdades intra e inter-regionais;
- II — defesa e preservação do meio ambiente;
- III — atendimento às micro, pequenas e médias empresas, bem como aos mini, pequenos e médios produtores rurais e suas cooperativas;
- IV — geração de emprego;

- V — produção de bens de capital;
- VI — geração, transmissão e distribuição de energia elétrica;
- VII — desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada;
- VIII — habitação, saneamento básico e infra-estrutura urbana;
- IX — transporte;
- X — produção agrícola, inclusive irrigada, e agroindústria;
- XI — telecomunicações.

§ 1º Os encargos dos empréstimos e financiamentos, concedidos pelas agências financeiras oficiais de fomento, não poderão ser inferiores aos respectivos custos de captação, salvo os casos previstos em lei.

§ 2º A concessão de empréstimo ou financiamento pelas agências financeiras oficiais a Estado, Distrito Federal ou Município, inclusive às suas entidades da administração indireta, fundações, empresas e sociedades controladas, sem prejuízo das demais normas regulamentares, fica condicionada à comprovação a que se refere o art. 25 desta Lei, e desde que não estejam inadimplentes com a União, seus órgãos e entidades da administração direta e indireta.

CAPÍTULO VI

Das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária

Art. 48. O Presidente da República encaminhará ao Congresso Nacional, até o dia 31 de agosto de 1992, proposta de alteração na legislação tributária com os seguintes objetivos:

- I — ajustar a carga tributária às necessidades de financiamentos das ações de governo;
- II — promover a justiça fiscal;
- III — simplificar o sistema tributário nacional;
- IV — compatibilizar as despesas de responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a disponibilidade de receita em cada uma destas esferas de Governo;

V — aperfeiçoar a sistemática de proteção dos créditos, de arrecadação e de fiscalização tributária, inclusive da dívida ativa.

Art. 49. Ocorrendo alterações na legislação tributária, posteriores ao encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual ao Congresso Nacional, que impliquem excesso de arrecadação em relação à estimativa de receita constante do referido projeto de lei, os recursos adicionais serão objeto de projeto de crédito adicional, no decorrer do exercício de 1993.

Art. 50. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício, de natureza tributária ou financeira, somente poderá ser aprovada caso indique a estimativa de renúncia de receita e as despesas, em idêntico valor, que serão anuladas, inclusive as transferências e vinculações constitucionais.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

Art. 51. O órgão Central do Sistema de Planejamento Federal e de Orçamentos estabelecerá limites para a elaboração da proposta orçamentária anual em função da estimativa da receita.

Art. 52. O projeto de lei orçamentária anual será devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa

Parágrafo único. Na hipótese de o projeto de que trata este artigo não ser devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, o Congresso Nacional será convocado extraordinariamente pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 53. Na hipótese de o projeto de lei orçamentária anual não haver sido sancionado até 31 de dezembro de 1992, fica autorizada a execução da proposta orçamentária originalmente encaminhada ao Congresso Nacional, observando-se os seguintes procedimentos:

I — os valores da receita e da despesa do projeto de lei serão atualizados pelo quociente entre o valor observado no mês de novembro de 1992 e o valor observado no mês de abril de 1992, do Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas;

II — as dotações atualizadas na forma do inciso anterior serão liberadas para movimentação e empenho na razão de 1/12 para cada mês até a sanção do projeto de lei.

§ 1º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude do procedimento previsto no inciso II deste artigo serão compensados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante abertura de crédito suplementar, por decreto do Poder Executivo.

§ 2º As despesas financiadas com recursos próprios poderão ser executadas até o limite da efetiva arrecadação destas receitas.

Art. 54. Na hipótese de insuficiência de receita para atender às dotações fixadas na lei orçamentária anual e suas alterações, fica o Poder Executivo autorizado a compatibilizar a receita com a despesa, mediante ajuste que preserve a mesma proporção aprovada para cada um dos Poderes.

Art. 55. Simultaneamente com o encaminhamento à sanção presidencial dos autógrafos do projeto da lei orçamentária anual, bem como dos projetos de créditos adicionais, o Poder Legislativo enviará, em meio magnético de processamento eletrônico, os dados e informações relativos aos autógrafos, destacando as alterações ocorridas nos projetos originais, por iniciativa do Congresso Nacional.

Art. 56. O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento publicará, no prazo de vinte dias após a publicação da lei orçamentária anual, os quadros de detalhamento da despesa por unidade orçamentária de cada órgão, fundo e entidade dos orçamentos fiscal e da seguridade social, especificando, para cada categoria de programação econômica, a modalidade de aplicação, a natureza, o grupo e o elemento da despesa.

§ 1º Os quadros de detalhamento da despesa referentes aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União serão elaborados na forma definida no **caput** deste artigo e aprovados por atos dos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e do Procurador-Geral da República.

§ 2º Os quadros de detalhamento da despesa serão alterados em virtude da abertura de crédito adicional ou de fato que requeira a adequação das dotações às necessidades da execução orçamentária, observados os limites fixados na lei orçamentária anual.

Art. 57. Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazo limite para encaminhamento ao Congresso Nacional a data de 31 de outubro de 1993.

Art. 58. A lei orçamentária anual consignará autorização ao Poder Executivo para abertura de créditos adicionais à conta de recursos assegurados por convênios.

Art. 59. Simultaneamente com a publicação do relatório a que se refere o art. 165, § 3º, da Constituição, o Poder Executivo colocará à disposição do Congresso Nacional, mediante acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira — SIAFI, os dados relativos à execução orçamentária do mesmo período, na forma e com o detalhamento da lei orçamentária anual.

Art. 60. O relatório de que trata o artigo anterior deverá conter a execução mensal dos orçamentos fiscal e da seguridade social, classificada por grupo de despesa, segundo:

- I — órgão;
- II — unidade orçamentária;
- III — função;
- IV — programa;
- V — subprograma;
- VI — órgão e programa.

§ 1º Acompanhará o relatório de execução orçamentária quadro comparativo discriminando, para cada um dos níveis referidos neste artigo:

- a) o valor constante da lei orçamentária anual;
- b) o valor orçado, considerando-se a lei orçamentária anual e os créditos adicionais aprovados;
- c) o valor empenhado no mês;
- d) o valor empenhado no ano;
- e) a participação relativa de cada um dos valores de que tratam as alíneas a a d deste parágrafo e o valor total correspondente, classificado por grupo de despesa, no caso de cada um dos níveis de agregação discriminados nos incisos deste artigo;
- f) a participação relativa entre cada um dos valores de que tratam as alíneas a a d deste parágrafo e o valor correspondente, totalizado por órgão e classificado por grupo de despesa, no caso dos subprojetos e subatividades.

§ 2º Os valores e participações a que se refere o parágrafo anterior não consideram as despesas orçadas ou executadas relativas ao refinanciamento da dívida da União, que deverão ser apresentadas separadamente.

Art. 61. A criação de novos subprojetos ou subatividades além dos constantes do projeto dos orçamentos da União, somente será admitida mediante a redução de dotações orçadas para outros subprojetos ou subatividades.

Parágrafo único. Observado o disposto no art. 49, as eventuais variações das previsões de arrecadação, de qualquer natureza, serão revertidas às dotações para reserva de contingência, mediante acréscimo ou redução.

Art. 62. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 1993

Das Metas Programáticas

I — Educação, Ciências e Tecnologia:

- a) garantia do atendimento em creches e pré-escolas a 25% das crianças carentes com até seis anos de idade;
- b) garantia de acesso à escola para, no mínimo, noventa por cento das crianças de sete a quatorze anos;
- c) redução da evasão e da repetência escolares, pela revisão metodológica do ensino e melhoria das condições de saúde e nutrição;

d) incremento da formação de professores do ciclo normal e reciclagem de trinta por cento do corpo docente do ensino básico e fundamental;

e) implantação de 1.100 Centros Integrados de Apoio a Criança, com jornada integral de ensino;

f) universalização da atenção integral à saúde de crianças, adolescentes, gestantes e nutrízes, com a finalidade de reduzir a mortalidade infantil e a mortalidade de menores de cinco anos para 55 e sessenta por mil nascidos vivos, respectivamente, e a morbidade da mulher e da criança;

g) implantação de conselhos de direitos da criança e do adolescente em cinquenta por cento dos municípios com mais de 50.000 mil habitantes e dos conselhos tutelares em todas as cidades de médio e grande portes;

h) diminuição da defasagem tecnológica para atingir padrões de competitividade internacional;

i) aumento da produtividade e melhoria dos padrões de qualidade da produção nacional;

j) integração progressiva entre entidades produtoras de tecnologia e usuários, com incorporação de novas tecnologias ao sistema produtivo nacional,

l) desenvolvimento de programas intensivos de formação e reciclagem da força de trabalho;

m) ampliação e adequação da massa crítica de pesquisadores e tecnólogos voltados para a melhoria da qualidade e da produtividade;

II — Reforma Agrária e Incentivo à Produção Agrícola:

a) distribuição de terras a aproximadamente 147.000 famílias de trabalhadores rurais, apoiando-lhes a produção;

b) emancipação de cerca de 67.600 famílias de trabalhadores rurais, já assentados ou em projetos de colonização;

c) apoio creditício específico às famílias assentadas e emancipadas;

d) desenvolvimento de condições adequadas de infra-estrutura para produção e comercialização aos pequenos produtores rurais;

e) manutenção e atualização do cadastro rural;

f) realização de cerca de 15.700 titulações em terras públicas;

III — Recuperação e Conservação do Meio Ambiente Rural e Urbano:

a) criação de pré-condições para a ocupação ordenada e economicamente sustentável do território nacional, mediante implantação do zoneamento ecológico-econômico, compreendendo, principalmente, diagnóstico de área estimada em 1.000.000 de km², levantamento aerofotogramétrico em 27.000 km² e produção de onze mapas;

b) realização de pesquisas para geração e difusão de tecnologia de manejo e conservação de recursos naturais, a partir de levantamento aerofotogramétrico de 500.000 km² e instalação de quatrocentos postos de pesquisa;

c) pesquisa e difusão científica e tecnológica para beneficiar cerca de 12.000 produtores rurais;

d) instituição de programas de educação ambiental;

e) incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento do conhecimento científico, englobando fotointerpretação de 3.800 km², monitoramento ambiental e pesquisa de 31 espécies florestais;

f) reaparelhamento institucional para monitoramento e fiscalização dos recursos ambientais;

g) preservação de ecossistemas naturais e da biodiversidade, mediante implantação de cinquenta unidades de conservação, regularização fundiária de 4.800.000 ha, proteção

a ecossistemas em 1.615.000ha e da implantação do programa piloto para proteção das florestas tropicais;

h) melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida no meio rural e urbano por meio do saneamento ambiental, beneficiando cerca de 10.000.000 de pessoas no meio urbano e 1.000.000 de pessoas em áreas rurais, implantação de controle de enchentes, beneficiando mais de 10.000.000 de pessoas, realização de obras de drenagens e despoluição de bacias atingindo 250.000 famílias;

i) redução dos efeitos dos principais agentes poluidores mediante melhoria dos equipamentos de controle da poluição, de licenciamento e de áreas monitoradas;

j) recuperação das áreas críticas de degradação ambiental e desenvolvimento integrado em 640 microbacias hidrográficas;

l) proteção das populações indígenas, pela demarcação e regularização de 19.000ha e assistência às comunidades indígenas beneficiando 200.000 índios.

IV — Consolidação e Recuperação da Infra-Estrutura.

a) restauração de 5.800 km, manutenção de 66 postos de pesagem, manutenção de sinalização vertical e horizontal em 68 mil km e eliminação de 650 pontos críticos;

b) elevação da capacidade instalada de energia elétrica em 500MW e implantação de 2.500km de linhas de transmissão;

c) elevação da produção de óleo, de modo a atingir a meta de 1.000.000 de barris/dia em 1995;

d) elevação da capacidade de refino, visando atingir a meta de 1,6 milhão de barris/dia em 1995, construção de oito navios até 1995 e ampliação da capacidade de dutos e terminais;

e) instalação de 800.000 terminais telefônicos fixos, 120 mil telefones celulares, 8.000 terminais de telex e 17.300 portas renpac e 27.000 juntores nacionais.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 79, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1966

Institui normas para a fixação de preços mínimos à execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências.

Art. 4º A União efetivará a garantia de preços através das seguintes medidas:

a) comprando os produtos, pelo preço mínimo fixado;

b) concedendo financiamento, com opção de venda, ou sem ele, inclusive para beneficiamento, acondicionamento e transporte dos produtos.

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 1991

Autoriza a União a celebrar operação externa de natureza financeira relativa aos juros da dívida externa, junto aos bancos comerciais, devidos no período de julho de 1989 a dezembro de 1990 e dá outras providências.

LEI Nº 8.177, DE 1º DE MARÇO DE 1991

Estabelece regras para a desindexação da economia, e dá outras providências.

LEI Nº 8.187, DE 1º DE JUNHO DE 1991

Autoriza a concessão de financiamento à exportação de bens e serviços nacionais.

Art. 2º Nas operações de financiamento à exportação de bens e serviços nacionais não abrangidas pelo disposto no artigo anterior, o Tesouro Nacional poderá conceder ao financiador estímulo equivalente à cobertura da diferença, a maior, entre os encargos pactuados com o tomador e os custos da captação dos recursos.

§ 1º O Poder Executivo fixará os limites máximos admissíveis na captação dos recursos, para os efeitos deste artigo

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos encargos vinculados de operações já realizadas, em relação às quais preexistam obrigações do Tesouro Nacional quanto à equalização de taxa, na conformidade do Fundo de Financiamento à Exportação — FINEX, disciplinado pela Resolução nº 509, de 24 de janeiro de 1979, do Banco Central do Brasil.

§ 3º (Vetado).

LEI Nº 8.388, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991

Estabelece diretrizes para que a União possa realizar a consolidação e o reescalonamento de dívidas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

LEI Nº 8.162, DE 8 DE JANEIRO DE 1991

Dispõe sobre a revisão dos vencimentos, salários, proventos e demais retribuições dos servidores civis e a fixação dos soldos dos militares do Poder Executivo, na Administração direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

Art. 9º A contribuição mensal a que se refere o artigo 231 da Lei nº 8.112, de 1990, incidirá sobre a remuneração mensal do servidor e será calculada mediante aplicação da seguinte Tabela:

Faixas (com base no PCC-Lei nº 5.645⁽⁵⁾ de 10 de dezembro de 1970)	Alíquota(%)
Até o valor correspondente à Ref. NA 8	9
Do valor correspondente à Ref. NA 9 à correspondente à Ref. NI 21	10
Do valor correspondente à Ref. NI 22 ao correspondente à Ref. NS 14	11
Acima do valor correspondente à Ref. NS 14	12

Art. 10. A contribuição de que trata o artigo anterior será recolhida ao Tesouro Nacional nos prazos e condições estabelecidas pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976

Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

LEI Nº 8.018, DE 11 DE ABRIL DE 1990

Dispõe sobre criação de Certificados de Privatização, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 157, de 15 de março de 1990, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Nelson Carneiro, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único, do artigo 62, da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados os Certificados de Privatização, títulos de emissão do Tesouro Nacional, com as seguintes características:

I — nominativos e não negociáveis, exceto com expressa autorização do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

II — sem data de resgate.

LEI Nº 8.020, DE 12 DE ABRIL DE 1990

Dispõe sobre as relações entre as entidades fechadas de previdência privada e suas patrocinadoras, no âmbito da Administração Pública Federal.

LEI Nº 8.029, DE 12 DE ABRIL DE 1990

Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

II) Das Subvenções Econômicas

Art. 18. A cobertura dos déficits de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não, far-se-á mediante subvenções econômicas expressamente incluídas nas despesas correntes do orçamento da União, do Estado, do Município ou do Distrito Federal.

Parágrafo único. Consideram-se, igualmente, como subvenções econômicas:

a) as dotações destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo Governo, de gêneros alimentícios ou outros materiais;

b) as dotações destinadas ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais.

Art. 19. A Lei de Orçamento não consignará ajuda financeira, a qualquer título, a empresa de fins lucrativos, salvo quando se tratar de subvenções cuja concessão tenha sido expressamente autorizada em lei especial.

Art. 109. Os orçamentos e balanços das entidades compreendidas no artigo 107 serão publicados como complemento dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal a que estejam vinculados.

Art. 110. Os orçamentos e balanços das entidades já referidas, obedecerão aos padrões e normas instituídas por esta lei, ajustados às respectivas peculiaridades.

Parágrafo único. Dentro do prazo que a legislação fixar, os balanços serão remetidos ao órgão central de contabilidade

da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, para fins de incorporação dos resultados, salvo disposição legal em contrário.

.....
LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991

Dispõe sobre a política agrícola.

.....
CAPÍTULO IX

**Da Produção, da Comercialização, do Abastecimento
e da Armazenagem**

Art. 31. O Poder Público formará, localizará adequadamente e manterá estoques reguladores e estratégicos, visando garantir a compra do produtor, na forma da lei, assegurar o abastecimento e regular o preço do mercado interno.

§ 1º Os estoques reguladores devem contemplar, prioritariamente, os produtos básicos.

§ 2º (Vetado).

§ 3º Os estoques reguladores devem ser adquiridos preferencialmente de organizações associativas de pequenos e médios produtores.

§ 4º (Vetado).

§ 5º A formação e a liberação destes estoques obedecerão regras pautadas no princípio da menor interferência na livre comercialização privada, observando-se prazos e procedimentos preestabelecidos e de amplo conhecimento público, sem ferir a margem mínima do ganho real do produtor rural, assentada em custos de produção atualizados e produtividades médias históricas.

.....
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

.....
CAPÍTULO IV

Do Custeio

Art. 231. O Plano de Seguridade Social do servidor será custeado com o produto da arrecadação de contribuições sociais obrigatórias dos servidores dos três Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º A contribuição do servidor, diferenciada em função da remuneração mensal, bem como dos órgãos e entidades, será fixada em lei.

§ 2º O custeio da aposentadoria é de responsabilidade integral do Tesouro Nacional.”

.....
O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A mensagem que acaba de ser lida encaminha o Projeto de Lei nº 3, de 1992-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1993 e dá outras providências.

O referido projeto será distribuído à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e apreciado em sessão conjunta.

De acordo com a Resolução nº 1, de 1991-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 27-4 — Distribuição de avulsos.

Até 11-5 — Prazo para apresentação de emendas.

Até 15-5 — Prazo para publicação e distribuição dos avulsos das emendas.

Até 15-6 — Prazo para encaminhamento à Mesa do Congresso do parecer sobre o projeto e as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

SGM/P nº 594

Brasília, 15 de abril de 1992.

Excelentíssimo Senhor
Senador Mauro Benevides
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em atenção ao Ofício nº 146/92, de 9 de abril p.p., da Liderança do PDS, a indicação do Deputado FERNANDO CARRION, para integrar, como titular, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “apurar a verdadeira situação do Sistema Financeiro da Habitação”, em substituição ao Deputado FELIPE MENDES.

Colho o ensejo para apresentar a Vossa Excelência protestos de apreço.

Deputado **Inocêncio Oliveira**, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Na sessão conjunta realizada no dia 13 de abril próximo passado, foi lido o requerimento nº 6, de 1992-CN, do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar o cumprimento das disposições legais relativas a destinação dos recursos e as irregularidades da administração do FGTS do trabalhador, deixando de ser votado, naquela oportunidade, por falta de **quorum**.

Em votação o requerimento na Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a prorrogação pelo prazo solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência recebeu o parecer nº 3, de 1992-CN, concluindo pela admissibilidade da medida provisória nº 302, de 10 de abril de 1992-CN, que dispõe sobre a organização de ministérios e dá outras providências.

Nos termos do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 5º da Resolução nº 1, de 1989-CN, a Presidência abre o prazo de 24h para interposição do recurso ali previsto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sendo evidente, em plenário, a inexistência de **quorum** qualificado para deliberação, as matérias em fase de votação ficam com a apreciação adiada para outra oportunidade.

São os seguintes os itens cuja apreciação fica adiada:

I

VETOS PRESIDENCIAIS

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 1991

(Nº 638/91, na Casa de origem)

Continuação da votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1991 (nº 638/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Salários, o salário mínimo e dá outras providências, tendo

— Relatório, sob nº 7, de 1991-CN, da Comissão Mista. (Mens. nº 92/91-CN.)

Partes vetadas:

- parágrafo único do art. 1º — mantido;
- art. 5º — mantido;
- parágrafo único do art. 8º — mantido;
- inciso I do art. 10 — mantido;
- inciso III do art. 10 — mantido;
- art. 13 — mantido;
- art. 14 — mantido;
- art. 15 — mantido;
- art. 16 — mantido;
- art. 17 — mantido; e
- art. 18

Prazo: 10-10-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição

— 2 —

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 1990

(Medida Provisória nº 151, de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. (Mens. nº 71/90 - CN.)

Partes vetadas:

- § 1º do art. 1º;
- § 2º do art. 1º;
- § 3º do art. 1º;
- art. 3º;
- § 1º do art. 4º;
- art. 6º e seu parágrafo;
- parágrafo único do art. 7º;
- alínea e do parágrafo único do art. 16;
- art. 6º;
- § 2º do art. 20;
- art. 25; e
- art. 26.

Prazo: 23-6-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição

— 3 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 1990

(Nº 3.101/90, na origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui

o Plano de Custeio, e dá outras providências. (Mens. nº 158/90-CN.)

Prazo: 8-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 4 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 1990

(Nº 3.099/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competência gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências. (Mens. nº 172/90-CN.)

Prazo: 10-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 5 —

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 50, DE 1990

(Medida Provisória nº 249/90)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 50, de 1990, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social, tendo

— Relatório, sob nº 3, de 1991-CN, da Comissão Mista. (Mens. nº 10-91-CN.)

Partes vetadas:

- art. 1º;
- art. 2º;
- art. 3º;
- art. 4º;
- § 5º do art. 18;
- art. 7º;
- art. 8º;
- art. 9º;
- art. 10; e
- art. 16.

Prazo: 28-3-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 6 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 1989

(Nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1989 (nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a Política Agrícola. (Mens. nº 23/91-CN.)

Partes vetadas:

- item V do art. 3º;
- item XII do art. 3º;
- itens I, II e V do art. 5º;
- item XII do § 1º do art. 5º;
- § 2º do art. 5º;
- §§ 7º e 8º do art. 5º;
- item I do art. 6º;

— §§ 1º e 2º do art. 8º;
 — art. 11, **caput**;
 — art. 15;
 — art. 21;
 — art. 24;
 — art. 27;
 — art. 28;
 — art. 29;
 — itens V, VII, VIII, X, XI, XII do art. 30;
 — §§ 2º e 4º do art. 31;
 — art. 32;
 — art. 33, **caput**, e § 1º;
 — art. 34;
 — parágrafo único do art. 37;
 — art. 38;
 — art. 39;
 — art. 40;
 — art. 41;
 — art. 43;
 — art. 44;
 — art. 46;
 — item IV do art. 48;
 — § 1º do art. 50;
 — art. 51;
 — art. 53;
 — art. 54;
 — art. 55;
 — art. 57;
 — art. 61;
 — art. 62;
 — art. 63;
 — art. 64;
 — art. 67;
 — art. 68;
 — art. 69;
 — art. 70;
 — art. 71;
 — art. 72;
 — art. 73;
 — art. 74;
 — art. 75;
 — art. 76;
 — art. 77;
 — art. 78;
 — art. 79;
 — art. 80;
 — itens I, VII, IX do art. 81;
 — itens II, III e VII do art. 82;
 — art. 83;
 — art. 86;
 — § 2º do art. 87;
 — art. 88;
 — art. 90;
 — art. 91;
 — art. 92;
 — item V do art. 96;
 — § 1º do art. 99;
 — art. 100;
 — art. 101;
 — art. 105;
Prazo: 2-5-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 7 —

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 6, DE 1991
 (Medida Provisória nº 294/91)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências. (Mensa. nº 37/91-CN.)

Partes vetadas:

— § 1º do art. 9º; e
 — art. 34.

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 8 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 1990
 (Nº 3.287/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1990 (nº 3.287/89, na Casa de origem), que autoriza os táxis, a portarem painéis publicitários fixados no teto. (Mens. nº 38/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 9 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 1988
 (Nº 1.407/88, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1988 (nº 1.407/88, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre as Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e dá outras providências. (Mens. nº 39/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 10 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 1991
 (Nº 290/91, na Casa de origem)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1991 (nº 290/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 17 da Lei nº 8.088, de 31 de outubro de 1990, que dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências. (Mens. nº 40/91-CN.)

— 11 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 1990
 (Nº 2.912/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1990 (nº 2.912/89, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola

Agrícola Federal de Itabaiana, no Estado de Sergipe. (Mens nº 41/91-CN)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de Acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 12 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 1991

(Nº 81/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1991 (nº 81/91, na Casa de origem), que autoriza a concessão de financiamento à exportação de bens e serviços nacionais. (Mens. 42/91-CN.)

Parte vetada:

— § 3º do art. 2º

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 13 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 1991

(Nº 4.575/90, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1991 (nº 4.575/90, na Casa de origem), que dispõe sobre o enquadramento dos servidores da extinta Fundação Projeto Rondon, redistribuídos para os órgãos da Administração Federal direta, autarquias e fundações públicas. (Mens. nº 43/91-CN.)

Partes vetadas:

— § 2º do art. 1º, **caput** do art. 2º

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 14 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, DE 1990

(Nº 1.580/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1990 (nº 1.580/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o pecúlio ao aposentado da Previdência Social que retorna à atividade sujeita a esse regime. (Mens. nº 44/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 15 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 1990

(Nº 3.201/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1990 (nº 3.201/89, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT. (Mens. 45/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 16 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, DE 1990

(Nº 4.434/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1990 (nº 4.434/89, na Casa de origem), que autoriza o repasse, aos estados e municípios, de percentual da arrecadação da taxa de ocupação de imóveis da União, dispõe sobre foros, taxas e laudêmios e dá outras providências. (Mens. 46/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 17 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 1991

(Nº 885/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1991 (nº 885/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos, salários e demais retribuições de servidores que menciona e dá outras providências. (Mens. nº 51/91-CN.)

Partes vetadas:

— arts. 3º e 5º

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 18 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, DE 1984

(Nº 8.346/86, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 214, de 1984 (nº 6.346/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 — Lei de Falências. (Mens. nº 53/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 19 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 1990

(Nº 2.936/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1990 (nº 2.936/89, na Casa de origem), que autoriza a instituição da Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro da Pedreira e dá outras providências. (Mens. nº 54/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 20 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 1989

(Nº 889/88, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1989 (nº 889/88, na Casa de

origem), que denomina "Rodovia Mário Andreazza" a Rodovia BR-230 — Transamazônica. (Mens. n° 55/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6° do art. 66 da Constituição.

— 21 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 27, DE 1990

(N° 6.821/85, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara n° 27, de 1990 (n° 6.821/85, na Casa de origem), que confere à BR-369 a denominação de "Rodovia Presidente Tancredo Neves". (Mens. n° 56/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6° do art. 66 da Constituição.

— 22 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 33, DE 1991

(N° 516/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara n° 33, de 1991 (n° 516/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a competência da Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB, altera a Lei Delegada n° 4, de 26 de setembro de 1962, e dá outras providências. (Mens. n° 61/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6° do art. 66 da Constituição.

— 23 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 83, DE 1990

(N° 3.672/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara n° 83, de 1990 (n° 3.672/89, na Casa de origem), que dispõe sobre nova denominação para a Rodovia BR-364, trecho que liga Goiânia a Santa Rita do Araguaia, no Estado de Goiás. (Mens. n° 62/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6° do art. 66 da Constituição.

— 24 —

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 40, DE 1984

(N° 4.214/84, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado n° 40, de 1984 (n° 4.214/84, na Câmara dos Deputados), que autoriza a emissão especial de selos em benefício dos trabalhadores desempregados. (Mens. n° 63/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6° do art. 66 da Constituição.

— 25 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 22, DE 1991

(N° 4.785/90, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara n° 22, de 1991 (n° 4.785/90, na Casa

de origem), que cria a Área de Livre Comércio de Guarajá-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências. (Mens. n° 64/91-CN.)

Partes vetadas:

— § 1° do art. 9°;

— Art. 10 e parágrafo; e

— art. 11.

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6° do art. 66 da Constituição

— 26 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 34, DE 1991

(N° 826/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara n° 34, de 1991 (n° 826/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. (Mens. n° 66/91-CN.)

Parte vetada:

— Art. 40.

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6° do art. 66 da Constituição.

— 27 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 35, DE 1991

(N° 825/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara n° 35, de 1991 (n° 825/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. (Mens. 67/91-CN.)

Parte vetada:

— art. 100.

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6° do art. 66 da Constituição.

— 28 —

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 82, DE 1991

(N° 1.050/91, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado n° 82, de 1991 (n° 1.050/91, na Câmara dos Deputados), que estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1992 e dá outras providências. (Mens. n° 68/91-CN.)

Partes vetadas:

— § 1° do art. 9°;

— parágrafo único do art. 12;

— art. 13 e §§ 1° e 2°;

— §§ 1° e 3° do art. 21;

— art. 27 e seu parágrafo único;

— art. 33 e seus §§ 1° e 2°;

— inciso IX do art. 34;

— parágrafo único do art. 39;

— art. 49; e

— art. 53.

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6° do art. 66 da Constituição.

— 29 —

PROJETO DE LEI Nº 3, DE 1991-CN

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 3, de 1991-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1992, e dá outras providências. (Mens. nº 90/91-CN.)

Partes vetadas:

- inciso VII do art. 22; e
- art. 23 e seus §§ 1º e 2º; e
- art. 45.

Prazo: 10-10-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 30 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 1991

(Nº 1.390/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1991 (nº 1.390/91, na Casa de origem), que dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos e dá outras providências. (Mens. nº 91/91-CN.)

Partes vetadas:

- art. 15;
- art. 31;
- art. 32;
- art. 33;
- art. 34;
- art. 35; e
- art. 36.

Prazo: 10-10-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 31 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, DE 1990

(Nº 5.284/90, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 1990 (nº 5.284/90, na Casa de origem), que dispõe sobre normas partidárias. (Mens. nº 104/91-CN.)

Prazo: 28-11-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 32 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 1991

(Nº 514/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, (nº 514/91, na Casa de origem), que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONANDA e dá outras providências. (Mens. nº 105/91-CN.)

Partes vetadas:

- inciso V do art. 2º;
- inciso VI do art. 2º;
- § 1º do art. 3º;

— **caput** do art. 4º; e

— art. 7º

Prazo: 28-11-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 33 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 1991

(Nº 912/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1991 (nº 912/91 na Casa de origem), que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes. (Mens. nº 112/91-CN.)

Partes vetadas:

- art. 87; e
- art. 88.

Prazo: 28-11-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 34 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 1991

(Nº 1.263/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1991 (nº 1.263/91, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Social Autônomo “Associação das Pioneiras Sociais” e dá outras providências. (Mens. 124/91-CN.)

Partes vetadas:

- Inciso I do art. 3º; e
- inciso II do art. 3º

Prazo: 5-12-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 35 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 1991

(Nº 5.804/90, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1991 (nº 5.804/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências. (Mens. nº 138/91-CN.)

Partes vetadas:

- § 2º do art. 1º;
- parágrafo único do art. 10;
- art. 13; e
- art. 16.

Prazo: 18-2-92

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 36 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 1990

(Nº 4.084/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1990 (nº 4.084/89, na Casa de origem), que disciplina o art. 100 da Constituição Federal, dispondo sobre créditos alimentícios. (Mens. 139/91-CN)

Prazo: 18-2-92

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 37 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308, DE 1989

(Nº 5.230/90, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 308, de 1989 (nº 5.230/90, na Câmara dos Deputados), que institui o cadastro nacional de infrações penais, e dá outras providências. (Mens. 146/91-CN).

Prazo: 24-2-92

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 38 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 128, DE 1990

(Nº 3.733/89, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial ao Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 1990 (nº 3.733/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de Procuradorias Regionais da República, da Procuradoria da República do Estado de Tocantins, de Procuradorias em Municípios do interior e dá outras providências, tendo

— RELATÓRIO, sob nº 8, de 1991-CN, da Comissão Mista.

Parte vetada:

— art. 5º

Prazo: 24-2-92 (Mens. 147/91-CN).

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 39 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, DE 1991

(Nº 1.992/91, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1991 (nº 1.922/91, na Casa de origem), que reajusta valores da tabela progressiva para cálculo do imposto de renda. (Mens. 148/91-CN).

Partes vetadas:

— Art. 2º

Prazo: 24-2-92

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 40 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 1991

(Nº 4.771/90, na Casa de origem)

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1991 (nº 4.771/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a transformação do Centro de Educação Tecnológica da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia e dá outras providências. (Mens. 149/91-CN).

Prazo: 24-2-92

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 41:

Discussão, em turno único do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1991 (nº 4.790/90,

na Casa de origem), que cria áreas de livre comércio nos Municípios de Pacaraima e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências.

Parte vetada:

— Inciso VI do art. 4º

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado Relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instituída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão o veto parcial aposto ao Projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, a votação deixa de ser procedida por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 42:

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1991 (nº 1.262/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a expropriação das glebas nas quais se localizam culturas ilegais de plantas psicotrópicas e dá outras providências.

Partes vetadas:

— Parágrafo único do art. 4º;

— art. 5º e parágrafos;

— art. 16 e seu parágrafo;

— art. 18;

— art. 19;

— art. 21 e seu parágrafo; e

— art. 22.

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão o veto parcial oposto ao projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 43:

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1991 (nº 5.375/90, na Casa de origem), que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª região, cria cargos e funções e dá outras providências.

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 44:

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 1991 (nº 339/91, na Casa de origem), que dispõe sobre reajuste da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos e dá outras providências.

Partes vetadas:

- Parágrafo único do art. 2º;
- § 2º do art. 8º;
- inciso IV e alíneas do § 1º do art. 10;
- inciso III e alíneas do § 2º do art. 10;
- §§ 4º e 6º do art. 10;
- inciso III do art. 13; e
- alínea d, do parágrafo único do art. 17.

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 45:

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 1991 (nº 2.206/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos básicos da magistratura federal e dá outras providências.

Parte vetada:

- Parágrafo único do art. 1º;

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 46:

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 1991 (nº 1.443/91, na Casa de origem), que restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de apoio à cultura — PRONAC e dá outras providências.

Partes vetadas:

- § 1º do art. 6º;
- §§ 3º, 4º, e 5º do art. 19;
- inciso I do art. 23; e
- § 4º do art. 26.

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 47:

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 1991 (nº 9/91, na Casa de origem), que autoriza a Companhia Vale

do Rio Doce — CVRD a participar, minoritariamente, do capital social da Sociedade Anônima a ser constituída sob a denominação de Celmar S.A. — indústria de Celulose e Papel

Parte vetada:

- Parágrafo único do art. 1º.

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 48:

Discussão, em turno único do veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1990 (nº 5.996/90, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o prazo para a concessão para exploração de serviços públicos de telecomunicações, relativo ao art. 66 do ato das disposições constitucionais transitórias.

Partes vetadas:

- Art. 2º;
- art. 3º;
- art. 4º;
- art. 5º;
- art. 6º;
- art. 7º;
- art. 8º;
- art. 9º;
- art. 10;
- art. 11;
- art. 12; e
- art. 13.

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106, do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 49:

Discussão, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei nº 124, de 1991, do Congresso Nacional, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento fiscal da união créditos suplementares no valor de Cr\$ 9.200.000.000,00 (nove bilhões e duzentos milhões de cruzeiros), para os fins que especifica.

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 50.

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 1991 (nº 2.159/91, na Casa de origem), que institui a unidade fiscal de referência, altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.

Parte vetada:

— Parágrafo único do art. 75.

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A matéria deixa de ser votada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 51:

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 32, de 1991, do Congresso Nacional, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$ 21.922.096.000,00 (vinte e um bilhões, novecentos e vinte e dois milhões, noventa e seis mil cruzeiros), para os fins que especifica e dá outras providências.

Parte vetada:

— Art. 3º

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A matéria deixa de ser votada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 52.

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 15, de 1991, do Congresso Nacional, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$ 85.163.000,00 (oitenta e cinco milhões, cento e sessenta e três mil cruzeiros), para os fins que especifica.

Parte vetada:

— Art. 3º

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão o veto parcial oposto ao projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A matéria deixa de ser votada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 53:

Discussão, em turno único, do veto parcial oposto ao Projeto de Lei nº 30, de 1991, do Congresso Nacional,

que autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 291.287.000,00 (duzentos e noventa e um milhões, duzentos e oitenta e sete mil cruzeiros), para os fins que especifica.

Partes vetadas:

— Art. 3º; e

— Art. 4º

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão o veto parcial oposto ao projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A matéria deixa de ser votada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 54:

Discussão, em turno único, do veto parcial oposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 1991 (nº 1.793/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 1º do art. 3º, aos arts. 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, ao **caput** do art. 37 do Decreto-Lei nº 1.455 de 7 de abril de 1976 e ao art. 10 da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e dá outras providências.

Partes vetadas:

— Inciso II do § 3º do art 2º;

— art. 6º;

— art. 7º;

— art. 9º; e

— art. 10.

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão o veto parcial oposto ao projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A matéria deixa de ser votada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 55:

Discussão, em turno único, do veto parcial oposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 1991 (nº 2.452/91, na Casa de origem), que estabelece diretrizes para que a União possa realizar a consolidação e o reescalonamento de dívidas das administrações direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências.

Partes vetadas:

— Art. 5º, alíneas A, B e C; e

— art. 15.

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão o veto parcial oposto ao projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A matéria deixa de ser votada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 56:

Discussão, em turno único, do veto parcial oposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 1991-Complementar (nº 91/91 — Complementar, na Casa de origem), que institui a contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências.

Parte vetada:

— Art. 8º;

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão o veto parcial oposto ao projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A matéria deixa de ser votada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 57:

Discussão, em turno único, do veto parcial oposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 1991 (nº 2.181/91, na Casa de origem), que prorroga o prazo a que se refere o art. 1º das Leis nºs 8.056, de 28 de junho de 1990, 8.127, de 20 de dezembro de 1990 e 8.201, de 29 de junho de 1991.

Parte vetada:

— Art. 2º;

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão o veto parcial oposto ao projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A matéria deixa de ser votada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 58:

Discussão, em turno único, do veto parcial oposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1991 (nº 2.158/91, na Casa de origem), que extingue a contribuição e o adicional incidentes sobre saídas de açúcar a que se referem os Decretos-Leis nºs 308, de 28 de fevereiro de 1967, e 1952, de 15 de julho de 1982, os subsídios de equalização de custos de produção de açúcar; e dispõe sobre isenção de IPI nas operações que menciona.

Parte vetada:

— Art. 3º;

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão o veto parcial oposto ao projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A matéria deixa de ser votada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 59:

Discussão, em turno único, do veto parcial oposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 1991 (nº 2.308/91, na Casa de origem), que autoriza a Petrobrás Química S.A. — Petroquisa a participar minoritariamente de sociedades de capitais privados no eixo químico do Nordeste, formado pelos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Parte vetada:

— Parágrafo único do art. 1º e suas alíneas A e B.

Em discussão o veto parcial oposto ao projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A matéria deixa de ser votada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 60:

Discussão, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 223, de 1989 (Nº 4.901/90, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a inclusão de creches e estabelecimentos similares no Programa Educacional Brasileiro.

Em discussão o veto parcial apostado ao projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A matéria deixa de ser votada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 61:

Discussão, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1991 (Nº 1.913/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a base de cálculo das contribuições devidas ao Finsocial e ao PIS/PASEP e dá outras providências.

Parte vetada:

— Incise IV do art. 4º.

Em discussão o veto parcial apostado ao projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A matéria deixa de ser votada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 62:

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1991 (Nº 396/91, na Casa de origem), que reajusta a pensão mensal concedida às viúvas de ex-Presidentes da República.

Parte vetada:

— Art. 4º.

Em discussão o veto parcial apostado ao projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. A matéria deixa de ser votada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Item 63:

Discussão em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 1991 (Nº 5/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o controle de autenticidade de cópias de obras, audiovisuais em videograma postas em comércio.

Partes vetadas:

— Art. 5º;

— Art. 6º;

— Art. 8º;

— Art. 9º;

- Art. 10;
- Art. 11;
- Art. 12;
- Art. 13;
- Art. 24;
- Art. 27; e
- Art. 31.

Em discussão o veto parcial oposto ao projeto. (Pausa.)
Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.
A matéria deixa de ser votada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — **Item 64:**

Discussão, em turno único, do veto parcial oposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 1991 (nº 822/91, na Casa de origem), que restabelece os incentivos fiscais que menciona e dá outras providências.

Parte Vetada:

- § 2º do art. 3º.

Em discussão o veto parcial oposto ao projeto. (Pausa.)
Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.
A matéria deixa de ser votada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — **Item 65:**

Discussão, em turno único, do veto total oposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1991 (nº 2.088/91, na Casa de origem), que dispõe sobre parcela de frete pago pelas indústrias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, na aquisição de produtos siderúrgicos laminados planos, comuns e revestidos, para efeito de satisfação de IPI.

Em discussão o veto parcial oposto ao projeto. (Pausa.)
Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.
(Pausa.)

A matéria deixa de ser votada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — **Item 66:**

Discussão, em turno único, do veto parcial oposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1987 (nº 8.331/86, na casa de origem), que autoriza a Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás e a Petrobrás Distribuidora S.A. — BR-A, nas condições que estabelece, participarem do capital de outras sociedades.

Parte Vetada;

- Parágrafo único do art. 1º.

Em discussão o veto parcial oposto ao projeto. (Pausa.)
Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.
A matéria deixa de ser votada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — **Item 67:**

Discussão, em turno único, do veto parcial oposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 1991 (nº 2.211/91, na casa de origem), que altera a Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991, que dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios e cria a auditoria militar do Distrito Federal.

Parte Vetada:

- Redação dada pelo art. 1º do Projeto ao art. 67 da Lei nº 8.185/91.

Em discussão o veto parcial oposto ao projeto. (Pausa.)
Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.
A matéria deixa de ser votada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência convoca sessão do Congresso Nacional a realizar amanhã, às 19h, destinada à apreciação de vetos presidenciais.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 25 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 70.000,00 até 31-3-92

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 70.000,00 até 31-3-92

Número avulso Cr\$ 500,00 até 31-3-92

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF

CEP: 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

ESTATUTO DA CRIANÇA E E DO ADOLESCENTE

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:
Dispõe sobre o Estatuto da Criança
e do Adolescente, e dá outras
providências. (D.O. de 16-7-90)

Legislação correlata

Convenção sobre os direitos da criança
(DCN, Seção II, de 18-9-90)

Índice temático

Lançamento
Cr\$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 110

(abril a junho de 1991)

Está circulando o nº 110 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 398 páginas, contém as seguintes matérias:

Assinatura para 1991 (nº 109 a 112)

Cr\$ 4.500,00

COLABORAÇÃO

A primeira Constituição Republicana do Brasil – *Alcides de Mendonça Lima*

Tarefa dos partidos políticos no processo de integração da América Latina – *André Franco Montoro*

Os actos legislativos no Direito Constitucional Português – *Jorge Miranda*

Konrad Hesse: Uma nova crença na Constituição – *Inocêncio Mártires Coelho*

Os Direitos Humanos como limitações ao poder constituinte – *Leomar Barros Amorim de Sousa*

Revisão constitucional – *Geraldo Ataliba*

Direito Constitucional Brasileiro (Reflexões sobre aspectos elementares) – *Sebastião Baptista Affonso*

Mandado de injunção – *Marcelo Duarte*

As Medidas Provisórias no Sistema Jurídico-Constitucional Brasileiro – *Fran Figueiredo*

Aspectos do Regime Constitucional da Desapropriação – *Victor Rolf Laubé*

A liberdade de expressão e a propaganda eleitoral ilícita – *Geraldo Brindeiro*

Questões e direitos relativos à mulher nas Constituições do Brasil e de Minas Gerais – *Anamaria Vaz de Assis Medina*

Fundações privadas instituídas pelo Poder Público – *Adilson Abreu Dallari*

Auditoria e avaliação da execução – *Rosinethe Monteiro Soares*

Soberania do Poder Judiciário – *Antônio de Pádua Ribeiro*

o Poder Normativo da Justiça do Trabalho – *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*

A Escola Judicial – *Sálvio de Figueiredo Teixeira*

Da constitucionalidade do bloqueio de valores – *Adriano Perácio de Paula*

O Programa Brasileiro de Privatização de Empresas Estatais – *Marcos Juruena Villela Souto*

Tratamento jurídico dispensado no Brasil ao capital estrangeiro – *Werter R. Faria*

Agricultura e inflação sob o capitalismo periférico – *Mauro Márcio Oliveira*

A pau e pedra: notas sobre o vandalismo – *José Arthur Rios*

Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbosa – *Rubem Nogueira*

PESQUISA – Direito Comparado

Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961

Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978

Emenda à lei inglesa de segurança do consumidor, 1986

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal, Anexo I, 22º andar – Praça dos Três Poderes, CEP 70160 – Brasília, DF – Telefones: 311-3578 e 311-3579

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal – CGA 470775.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS